

## **A DICTOMIA ANACRÔNICA DA IMAGEM DO ESPAÇO RURAL**

**Neyva Santiago - UERJ-FFP/SG**  
santiagoneyva@yahoo.com.br

**Viviane Moreira - UERJ-FFP/SG**  
negraviviane@ibest.com.br

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da pequena e média unidade produtiva localizadas nas regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro, escolhida como alvo da pesquisa. Com isto, tentar-se-á demonstrar as atuais influências da pós-modernidade, através das características da dinâmica econômica do capital que traz como resultado uma crise que gera a desvalorização dos antigos setores e estruturas produtivas, correspondendo na territorialização dos novos padrões tecnológicos e na reafirmação das disparidades sócio-econômicas. Pretende-se também, evidenciar a força da recriação do capital, por meio de modalidades, como agronegócio, fazem uma articulação entre as ordens políticas e econômicas locais, por conseguinte, geram uma associação de competitividade e sustentabilidade, resultando no desenvolvimento das atividades de empresas transnacionais sobre as fronteiras e regimes políticos nas áreas rurais.

### **I-METODOLOGIA**

A metodologia adotada requer uma (re)leitura sobre as teorias que abordam a organização da produção e as novas relações no campo. Em contrapartida, fazer-se-á um comparativo com os dados obtidos em órgãos como IBGE<sup>1</sup>, EMATER-RIO<sup>2</sup>, SEAAPI<sup>3</sup>, os quais são responsáveis pela quantificação e instrumentação dos diversos suportes técnicos e científicos, que se entrelaçam partes das fases produtivas. A partir disto, pretende-se realizar uma análise e uma sistematização dos efeitos das transformações e apropriações dos interesses do capital combinado com a ciência, tecnologia e progresso no espaço rural.

### **II-LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

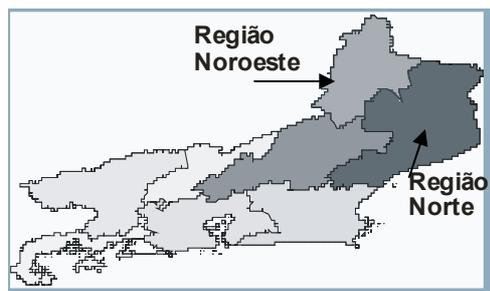


Fig.01- Mapa do Estado do RJ, destaque das regiões Norte e Noroeste

## II.1-Contexto Histórico

O desenvolvimento capitalista no espaço agrário está intimamente atrelado à história de ampliação e concentração fundiária por parte dos latifundiários, pois estes agregam à terra o papel de mercadoria (reserva de valor) que caracteriza a estrutura da economia brasileira através do mecanismo de especulação imobiliária.

Segundo Oliveira (1996) o desenvolvimento capitalista no Brasil foi marcado por dois processos, resultantes das mudanças graduais referentes à forma-estrutura-articulação social e produtiva no campo, assim permitiram a “territorialização do capital” e o “capital monopolizador do território sem se territorializar”(Oliveira,1996). Com relação ao assunto, Moreira (1988) declara que a história do capitalismo teve “dois caminhos coexistentes num mesmo país”, isto é, um processo de transferência da funcionalidade do trabalhador do campo do final do século XIX e início do século XX, ao ser expropriado, por circunstâncias de não ter acesso contínuo aos recursos necessários para manutenção da produção agrícola em sua pequena ou média propriedade.

A “nova ordem territorial do capitalismo” que vem se realizando desde o final do século XX, decorre do enfraquecimento do Estado e conseqüentemente, o aparecimento de novas formas de produção do espaço que se evidencia a partir do surgimento “de parcerias”.

Na qual aplicam seus capitais financeiros na apropriação da base técnica produtiva do “fazer local”, com isto, se investe no estruturamento da potencialidade do lugar.

### II.1.a-Região Norte

A região noroeste se apresenta dentre as atividades a agropecuária como sua principal atividade, nota-se nesta região um esvaziamento econômico provocado por uma estrutura arcaica de lembrança do processo fundiário que dentre as causas temos a má utilização das terras, pois o convívio de latifúndios e minifúndio no final do século XIX e início do séc. XX, tinham como foco econômico a produção de café, num processo que originou os moldes de produção familiar. Em virtude do aumento do consumo, elevou o nível da produção e incentivou o surgimento de economias de escalas, porém, houveram barreiras de autofinanciamento e apropriação de melhores terras, debilitando desta forma a pequena produção cafeeira. Esses fatores aliados com a fraca expressão

da expansão do setor industrial no interior fluminense levam a falta de possibilidades para os municípios desta região, como por exemplo o município de Ipateruna que passou a despontar como centro regional ao se destacar dos demais municípios cafeeiros e por também exercer atividades comerciais e prestadora de serviços em toda a Região.

### **II.1.b-Região Noroeste**

O principal fator histórico do desenvolvimento da Região Norte fluminense

Foi a produção agroçucareira no século XIX, adequou-se as mudanças nas técnicas da atividade agrícola associando com a usina açucareira, sendo uma estratégia implantada no momento para afrontar a crise do setor agrícola, provocada pela disseminação do açúcar de beterraba no período das Guerras Napoleônicas. Já o cultivo da cana-de-açúcar, ainda tem grande importância para a economia na região norte, ao direcionar a produção agroindustrial para o setor energético (combustível). A estagnação histórica deste setor levou a população desta área a buscar como fonte de sobrevivência a agricultura de subsistência, pela restrição ao acesso à terra, acabou induzindo os trabalhadores rurais ao êxodo rural.

### **III- A agropecuária da e na pós-modernidade**

As transformações de corrente da Revolução Verde que marca uma continuidade das modificações do e no setor agropecuário, por trás de uma agricultura tradicional com práticas tecnológicas, visando o aumento da produção e da produtividade, a estrutura das relações sócio-econômica no espaço rural ainda apresentavam forma “arcaica”, tais como a concentração fundiária e acumulação do lucro produtivo.

No ano de “1966 institucionalizou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, que oferecia créditos subsidiados e orientados, com assistência obrigatória. Assim, exigia-se um projeto técnico para a concessão do crédito, que impunha a compra de sementes e insumos modernos.(...)” (Santos,2001:118). E a “ruralidade” foi compreendida como manifestações de identidades sociais associadas ao mundo rural, no caso do território fluminense não há sem nenhuma centralidade na agricultura propriamente dita. Porém, os interesses manifestados no espaço rural tornaram o território do exercício da política e de expressão de poderes assimétricos, por exemplo o Pesagro-rio (Programa de desenvolvimento e pesquisa agrícola), atendendo os interesses do binômio Campocidade, agricultura-indústria e assim reproduzem a política do “Novo Rural” como uma via de sustentabilidade, viabilizado pela ciência em aplicação de mão-de-obra profissionais e atividades não-agrícolas sustentada pelo pensamento bucólico do campo ser um lugar próximo da “natureza”, desta forma necessitada de respostas às questões ambientais. E a cidade?

Como próprio Seaapi declara seus objetivos de “Implementar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a todo o agronegócio, cumprindo uma agenda social com ênfase na geração de oportunidades de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do interior

do Estado do Rio de Janeiro.” (Seaapi). Então, deseja-se gerar, adaptar e transferir os conhecimentos e tecnologias criadas nos grandes centros urbanos para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro. Porém, o discurso político está direcionado pela guarda e segurança alimentar da população do estado, tendo em vista a qualidade de produtos e serviços. Desta forma, devemos nos questionar sobre o equilíbrio que órgãos públicos associados aos interesses de particulares desejam em desenvolver o interior fluminense, assim, se questiona se este é o caminho para um “equilíbrio socioeconômico e ecológico” para atender a abrangência de problemas que assolam as cidades do estado do Rio de Janeiro?

As disputas sociais e políticas se expressam em diferentes formas de uso e de apropriações das áreas periféricas e centrais no estado do Rio de Janeiro. Assim são os atores sociais, os trabalhadores rurais, os posseiros, os arrendatários, os pequenos e médios proprietários, o Ibama, o Incra, as prefeituras e proprietários de terra e empresários do agronegócios e do turismo. Neste aspecto as relações cidade-campo estão interconectadas. E as fronteiras se expande permitindo a mobilidade da mão-de-obra e dos produtos entre ambos os espaços, portanto a imagem do urbano e do rural não correspondam mais com as realidades antes da pós-modernidade.

As Regiões Norte e Noroeste fluminense se constituem na incorporação de elementos simbólicos e materiais urbanos em seus espaços rurais. Parte da realidade se refere aos contextos histórico, sociais, culturais e espaciais em que permitiram a aproximação destas regiões com a região metropolitana, principalmente com a capital do estado, complementando-se na relação territorial do trabalho. Por outro lado, as políticas públicas de desenvolvimento visam não a questão do social, mas o crescimento econômico através da agricultura industrial-bio-orgânica em setores de programas para as atividades artesanais, a fruticultura, piscicultura, apicultura, olericultura, e os pólos industriais de pequeno e médio porte (como por exemplo as fabricas de goiabada, de cachaça, doces, etc. na região norte fluminense), de bases tecnológicas (extração de petróleo na plataforma continental de Campos de Coytacazes) são atividades sustentáveis capazes de contribuir para um padrão de produção agrícola e industrial em que o capital busca integrar equilibradamente seus objetivos sociais, econômico e turístico-ambiental.

#### **IV-CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluiu-se que o novo padrão produtivo adotado pelas pequenas e médias propriedades consiste num processo seletivo, isto porque o capital escolhe áreas economicamente rentáveis para o expansionismo de seus interesses, através da utilização de um discurso sedutor com finalidade de atrair os pequenos e os médios agricultores por intermédio de pacotes tecnológicos que prometem resultar num desenvolvimento das regiões que os inserem. Contudo, desenvolvem-se paralelamente a esta modernização a outra face que esconde as desigualdades sociais e econômicas.

Nota :

- 1- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 2- EMATER-RIO: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio de Janeiro.
- 3- SEAAPI: Secretária de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior.

**BIBLIOGRAFIA**

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão . In Terra Livre, 19. São Paulo: AGB, 2002.

RIVERA, Glória González & HELFAND, Steven M. *Desenvolvimento econômico e os determinantes da integração espacial nos mercados agrícolas*. In: HELFAND, Steven M. & REZENDE, Gervásio Catro. Região e espaço no desenvolvimento agrícola brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea, 2003

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, Jurandyr L. S.. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Maria Adélia (org.). Território Brasileiro: uso e abusos. Campinas: Territorial, 2003